

Acesso à alimentação pela população em situação de rua em Porto Alegre: uma desigualdade intensificada pela COVID 19

INTRODUÇÃO

O Brasil, país que já havia saído do mapa da fome da ONU, tem caminhado no contexto atual a passos largos para volta ao mesmo. Em Porto Alegre, há mais de 2,5 mil pessoas em situação de rua, as quais têm direitos violados pelo Estado, como o acesso à alimentação (IPEA, 2020). Ao encontro desse contexto, a Pandemia do Coronavírus desnudou um cenário de desigualdades onde se encara a violação de direitos humanos na sociedade. Sendo assim, esta produção visa evidenciar a sistematização de estudo sobre a alimentação, em seu lugar de direito social, da população em situação de rua e como a mesma está preconizada nos documentos oficiais e na bibliografia que trata deste assunto.

METODOLOGIA

Essa produção é resultado de uma pesquisa qualitativa com análise de conteúdo dividida em 2 etapas de coleta de dados: revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os documentos foram selecionados de acordo com a apresentação dos temas “alimentação e/ou população em situação de rua” e são eles: Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional da População em Situação de Rua, Constituição Federal, Guia Alimentar para a população Brasileira, Política de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social.

Para a pesquisa bibliográfica realizou-se a seleção dos trabalhos nos últimos 5 anos, no banco de dados da CAPES, utilizando -se dos descritores: “direito humano à alimentação & população em situação de rua” e “população em situação de rua & saúde”, resultando em sete trabalhos.

RESULTADOS PARCIAIS

Análise Documental

Evidencia-se na Política Nacional da População em Situação de Rua trouxe ações de promoção do acesso à alimentação direcionadas a esta população. Os outros documentos se referem ao direito à alimentação como garantia a toda sociedade, não diferenciando em grupos sociais. Porém, ao analisar os documentos identifica-se a falta de serviços públicos coerentes com as demandas das/os usuárias/os. Não encontrar o tema que se refere ao direito da alimentação das pessoas em situação de rua nestes documentos oficiais demonstra a falta de prioridade e reconhecimento desta população em produções de referência que balizam políticas sociais e o atendimento desta população, o que não só deixa de colaborar para uma sociedade mais igualitária, mas causa prejuízo à luta pela mesma.

Análise Bibliográfica

Todos os trabalhos abordaram a alimentação da

população em situação de rua e evidenciaram que este direito não é prioridade do Estado. Os textos explicitam que o acesso ao alimento tem se dado restringindo a ações da sociedade civil, na maioria das vezes. Porém, um estudo tratou diretamente a Segurança Alimentar deste grupo social e os demais estudos abordaram a alimentação dentro do contexto ampliado de saúde. Isso revela que este tema é tratado na bibliografia, mas são necessários mais estudos que reflitam sobre a garantia do direito humano à alimentação de forma a contribuir em ações para garanti-lo.

CONCLUSÃO PRELIMINAR

Os estudos evidenciam que a alimentação da população em situação de rua é pouca abordada em documentos oficiais e em trabalhos acadêmicos o que revela a importância de uma nova apreciação das leis e documentos no que se refere o direito à alimentação da população em situação de rua. É indubitável a necessidade de mais pesquisas acadêmicas sobre o tema e revisão dos documentos para que seu conteúdo e princípios incluam de fato esta população a fim de construir políticas sociais públicas que possam garantir sua proteção social, principalmente para reparar direitos que historicamente são violados e que com a pandemia escancaram a invisibilização do Estado para como esta população.

